



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 79ª
(SEPTUAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Quero cumprimentar as pessoas que estão na galeria – o pessoal do carreirão e o do SLU. O projeto do pessoal do SLU ficou para amanhã, mas de qualquer forma, os Deputados que quiserem podem manifestar sua vontade e seu voto ao projeto.

Nós estamos esperando algumas informações, não é falta da Câmara Legislativa. A Câmara Legislativa está agindo, está se reunindo. Cadê a comissão do SLU que está acompanhando? Tem uma comissão que está acompanhando. O próprio sindicato está acompanhando.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento a galeria, os servidores da carreira Administração Pública que estão ali. No final do ano passado, eu dizia que nós atendemos todas as categorias, por atos de iniciativa do Governo, e aqui ou ali esquecemos deles. Eu dizia que é preciso que a gente apadrinhe essa carreira, que é a maior do Distrito Federal e presta um serviço inestimável.

Eu quero dizer aqui que contem com o apoio da Câmara Legislativa, de todos os Deputados que aqui estão, porque nenhum projeto – eu dizia para alguns que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

vinham comigo no elevador – relacionado a carreira de serviço público, seja ela qual for, esta Casa deixou de votar. E aqui eu faço um apelo ao Governador Rogério Rosso, que os recebeu hoje, para que acelere o estudo a ser procedido a fim de que o projeto formatado venha até esta Casa para que nós possamos discuti-lo e votá-lo.

Com relação ao projeto sobre a carreira do SLU – o Alexandre Gonçalves está ligando para que apressemos a tramitação –, a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Wilson Lima dizem que a deliberação ficou para amanhã.

Era isso que eu queria dizer. Parabéns a todos! É preciso ter a consciência de que é necessário reivindicar, pressionar, senão todos os gestores pensarão que está tudo bem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, Deputada Eliana Pedrosa, Deputado Geraldo Naves, Deputado Benedito Domingos, Deputado Reguffe, que já esteve no plenário e deve estar por aqui, o Governador ainda não enviou a mensagem que acordou com vocês. Ela não chegou à Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não, Sr. Presidente. Ele recebeu hoje a categoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu sei, não chegou à Casa ainda. Chegando à Casa, nós faremos a leitura e abriremos a discussão. Nós queremos que vocês organizem uma comissão para acompanhar o trabalho da assessoria da Casa, da assessoria de plenário, da assessoria dos Deputados, de todos os Deputados que vão acompanhar, para chegarmos a uma conclusão e arrematarmos o processo, enviando-o à votação. As 3 comissões vão apreciar todas essas matérias de uma vez só, para poder agilizar. Se for por comissão, é muito tempo. A gente vai agilizar aqui. Tem uma sala chamada de sala do cafezinho e é nessa sala que se pode, de uma semana para outra, agilizar o processo e resolver o problema.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 175, de 24/09/2010, juntamente com a ata sucinta da 79ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta presidência acata a solicitação de V. Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 76ª Sessão Ordinária;
- Ata da 77ª Sessão Ordinária;
- Ata da 78ª Sessão Ordinária;
- Ata da 29ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 30ª Sessão Extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 9 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental para Comunicados de Líderes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal que está na galeria, eu quero dizer, antes do meu pronunciamento, que com relação à carreira Administração Pública sou favorável à sua reestruturação. Esta é uma questão, inclusive, de isonomia com outras carreiras que já passaram por uma reestruturação. Então, considero isso de suma importância para a boa valorização dos profissionais que servem à sociedade.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para fazer um protesto em nome dos alunos da Faculdade CECAP, que foi fechada no meio de um curso, deixando os alunos a “ver navios”, pagando caro por uma mensalidade, sem poderem sequer concluir o semestre.

Sr. Presidente, considero esta decisão arbitrária, até porque é uma faculdade que desenvolve um ensino de qualidade. Se por acaso existir algo de errado, que seja discutido e corrigido e os responsáveis sejam punidos de forma rigorosa. Agora, o que não se pode é simplesmente deixar que os alunos daquela faculdade sejam prejudicados e não possam concluir o semestre, concluir os seus cursos.

Os alunos estão em vigília permanente. É uma questão até de solidariedade com aquelas pessoas que estão indo para lá todos os dias protestar. É um protesto diuturno, que não pára. Portanto, não dá para acharmos que aquilo não é nada. Não dá simplesmente para não levantar uma voz com relação ao que está acontecendo.

Penso que existe uma série de outros problemas muito mais graves em nossa sociedade, como a falta de medicamentos nas emergências dos hospitais públicos, as denúncias de corrupção, a falta de segurança pública. Mas com relação a essa faculdade especificamente, é preciso lembrar que ali está em jogo a vida de várias pessoas, com seus sonhos. Essas pessoas, de uma hora para outra, sem nem saber por que, tiveram suas aulas canceladas mesmo pagando caro por uma mensalidade.

É necessário que os responsáveis sejam punidos com extremo rigor. Os alunos não podem ser prejudicados. É preciso que se faça uma discussão séria. Se o Governo do Distrito Federal achou por bem fechar a instituição por algum motivo, ele é que tem de dizer à sociedade, de forma clara, o porquê. Até para que possamos ter um posicionamento e entender essa atitude.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, as pessoas que compõem aquela faculdade, principalmente o quadro que dirige aquela instituição, estiveram aqui pedindo que fizéssemos gestão, para que o Governo permitisse pelo menos que a faculdade funcionasse até o final do ano, a fim de que alguns formandos pudessem concluir o seu curso.

Parece-me que, naquele local, só é permitido o funcionamento do ensino médio. Mas há 11 anos há o funcionamento de uma faculdade. Quer dizer, já existe ali o costume com a faculdade. É claro que, se houve erro, que ele seja sanado, mas que não se prejudiquem os alunos, pois não é fácil conseguir outro local naquelas proximidades, para que os alunos possam concluir o seu curso.

Nós nos esforçamos. Inclusive, pedimos à AGEFIS. A AGEFIS, não a nosso pedido, mas sensibilizada com o problema dos alunos, que estão perdendo o ano letivo, reabriu a faculdade. Porém, parece que há um vizinho naquelas proximidades que se sente incomodado com o funcionamento daquela faculdade. Ele está no direito dele, mas creio que a flexibilização, o bem maior, o bem comum, está acima de tudo. Parece-me que esse vizinho é um funcionário de carreira do GDF que está tentando, de todas as maneiras, que se cumpra a lei rigorosamente.

Ora, a lei existe para ser cumprida, mas o bem comum, às vezes, precisa ser entendido, para que haja uma flexibilização e se conclua ou se mude a destinação, a serviço do bem comum. É assim que entendi e vejo o assunto. A preocupação de V.Exa. é comum à minha. O bem comum se sobrepõe a qualquer interesse pessoal ou particular.

Sabemos do zelo das pessoas que comandam aquela faculdade. Temos certeza de que elas cumprem a lei para que não haja bagunça nem perturbação do silêncio.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar o pessoal da galeria. Assino embaixo de tudo que V.Exa. falou sobre a regulamentação. Concordo também com o que falou o Deputado Milton Barbosa sobre o atraso e o esquecimento que esse pessoal sofreu. Evidentemente, nenhum Deputado desta Casa estará contra eles. Vamos lutar muito — o Presidente desta Casa foi claro sobre o assunto — e agir rápido para não deixar ninguém empurrar com a barriga. Temos de ser rápidos. Por isso, parabéns todos que estão aqui, sem exceção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

A faculdade, que fica no Lago Norte, já funcionava há muito tempo. Havia vários alunos lá que estavam concluindo seus cursos. Estamos vivendo um período e não sabemos em que tipo de ditadura vivemos. Se a faculdade não poderia funcionar, por que começou ali o ano letivo? Se ela não poderia funcionar, por que funciona há 11 anos? Se ela não poderia funcionar, por que agora aparece um cidadão — não sei se é procurador, juiz — que é vizinho, sente-se incomodado com os estudantes e impetra uma ação para fechar a faculdade? É uma pessoa mandando em todos os alunos ali presentes!

É uma vergonha o que fizeram com a faculdade e um desrespeito com os alunos. Como eles concluirão o curso? O local é autorizado, tem alvará e tudo está funcionando. O único problema dessa faculdade é que ela não poderia ser uma faculdade. Funcionaria até o ensino médio. Porém, a faculdade já existia há 11 anos. Por que desde quando começou a funcionar não disseram que a instituição não poderia funcionar como tal? Agora, depois de todo esse período, os alunos não podem concluir o curso porque um vizinho sente-se incomodado por haver uma faculdade perto dali. Eu só tenho a lamentar. Concordo com o nobre Deputado Reguffe e com os demais Pares. A faculdade faz parte daquele bolo dos 11 mil alvarás.

Eu gostaria de solicitar que a AGEFIS, antes de fechar essa faculdade, fechasse o prédio dela, que é irregular. Fechem, mandem derrubar e construir o novo prédio no Setor Hoteleiro Sul. A AGEFIS deveria dar o exemplo e, depois, deveria fechar outras coisas. Essa é a minha opinião.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Reguffe, Deputado Geraldo Naves, Deputado Aguinaldo de Jesus, Deputado Milton Barbosa, tive oportunidade de fazer um debate com muitas pessoas da CECAP, estudantes, professores, servidores. Estivemos lá eu, o Senador Cristovam Buarque e a Deputada Erika Kokay e propusemos uma audiência pública para debater o tema. O Deputado Reguffe, absolutamente empenhado na matéria, e demais pessoas estão convidados para esta audiência.

É bem verdade que estamos diante de um absurdo, principalmente em um país que quer crescer. Quem deseja estudar não pode cumprir sua missão em razão desse ou daquele tecnicismo. Então, é uma fotografia do absurdo. Mas enquanto fizermos apenas a crítica do adjetivo, não resolveremos o problema. Nós vamos ficar na crítica do adjetivo, o que já foi feito semestre passado. Eu dizia àquela comunidade universitária que na realidade tínhamos de partir para uma alternativa definitiva, mesmo que pudesse ser mais demorada, mesmo que pudesse ser mais dolorosa, mas que tivesse mais responsabilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Daí a ideia da audiência pública, daí a ideia do debate com a Secretaria de Educação e com os setores responsáveis pela ordem urbanística do Distrito Federal, para que possamos, mesmo que isso possa demorar, dar àqueles estudantes uma alternativa definitiva. Isso que é importante.

Sei que o que digo aqui não parece simpático, talvez simpático fosse eu entrar pelo caminho dos adjetivos. O habitual é isso, entrar pelo caminho dos adjetivos, fazer um belo debate, um belo discurso, em que tivéssemos todos uma espécie de prazer estético, mas que não resolvesse a vida das pessoas. Entrei na vida pública para tentar resolver. Se eu não conseguir facilitar a vida das pessoas, eu não vou dificultar, mas também não vou entrar na armadilha de causar às pessoas falsas expectativas. O que me parece é que nossa maior responsabilidade política é fazer o debate definitivo da ordem urbanística, da educação, da autorização para o funcionamento — e aí não é um cidadão ou uma cidadã individualmente, não é um ente persecutório como a AGEFIS, que vai atrapalhar o andamento das coisas.

Tive essa experiência, Deputado Reguffe. V.Exa. também participou ativamente no caso do Cruzeiro, em que até lei foi aprovada e até hoje há problemas gravíssimos. Estive outro dia na Procuradoria-Geral do Distrito Federal fazendo o debate sobre o projeto do Cruzeiro Velho, que até agora não chegou a esta Casa, exatamente para que nós, contemporizando direitos, pudéssemos chegar a uma solução que facilitasse a vida de todos, de todos! Acho que a alternativa é sempre essa da contemporização de direitos.

Obrigado, Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Antes do seu aparte, Deputado Rôney Nemer, eu gostaria apenas de dizer que, se há algo errado, penso que a AGEFIS tem de atuar, sim, e com dureza, e com rigor, porque ninguém tem o direito de agir à revelia da lei.

Agora, a faculdade tem o alvará, o Governo concedeu o alvará, a vida de 1.200 alunos está esperando uma solução do poder público. A audiência pública, na minha opinião, é necessária, mas não há tempo para isso, Deputado Chico Leite. Os alunos precisam de uma solução imediata. Isso já está se postergando, e com o poder público deixando para lá, como se não existisse o problema. São 1.200 alunos!

Se o problema é o desvio de finalidade daquele local, que deveria ser ensino médio e não ensino superior, tem-se que punir o dono dessa faculdade, mas não os alunos. Que se puna o dono da faculdade! Que se veja o que diz a lei e que se puna com o rigor da lei. Agora, os alunos precisam de uma solução. Não deveriam ter deixado então começar o semestre. A faculdade está lá há 11 anos e simplesmente, de uma hora para outra, acontece isso. Aí não dá!

E o Governo deu o alvará para começar o semestre? É preciso que se tenha responsabilidade com a vida desses meninos que estão lá. Considero que, se o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Governo deu o alvará, então ele autorizou o funcionamento; se há um desvio de finalidade, tem que ter uma punição rigorosa. Acho que a AGEFIS tem de atuar, sim; em tudo que está errado tem de atuar, sim. Não dá é para conceder o alvará e agora querer interromper por causa do desvio de finalidade. Se há desvio de finalidade, tem que punir o dono da faculdade e deixar concluir o semestre.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sr. Deputado, eu gostaria que V.Exa. dissesse qual a solução que V.Exa. propõe.

DEPUTADO REGUFFE – A solução que eu proponho é que se deixe concluir o semestre e, se eles não puderem continuar lá, não poderão renovar o semestre, mas até o final do semestre defendendo que possam continuar lá.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Então, penso que essa solução tem de ser encaminhada.

Outra coisa: o fiscal da AGEFIS tem mais poder do que o juiz; o juiz pelo menos notifica, aguarda o contraditório para decidir. O fiscal chega, lacra e fecha o estabelecimento sem nenhuma solução. Eu tenho um projeto que está tramitando na Casa, tirando esse poder do fiscal. Só o diretor da instituição, mediante justificativa, pode então mandar interditar o estabelecimento.

Hoje você tem um papel que lhe dá o direito do alvará, está em funcionamento. Por um descuido, ele venceu e não foi trocado, chega o fiscal e lacra, já é um perigo de risco e de vida. Um dia antes, não tinha esse perigo. Eu acho que perigo é quando um prédio está com alicerce abalado, que tenha qualquer coisa que possa colocar em risco a vida de quem usa o local. Mas por causa de um pedaço de papel dizendo que está em vigor ou não? Pode notificar, dar um prazo para que a pessoa faça a correção e busque o documento legal, sem essa maneira brusca de fechar estabelecimentos, como fecharam a Universidade Católica em Taguatinga. No outro dia tinha vestibular, fecharam na véspera. Foi preciso que se entrasse com mandado de segurança para que a Justiça determinasse que a faculdade reabrisse para fazer então o seu vestibular.

Então, a sua proposta é correta. Eu acho que deveríamos encaminhar nesta Casa um pedido, atendendo o que V.Exa. levantou, solicitando que seja reaberta a faculdade até o final do ano para não trazer prejuízo aos alunos.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu só queria citar um exemplo aqui, e o Deputado Milton Barbosa lembra bem disso. Eu gostaria que todos os Deputados atentassem para isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Antigamente existia na Polícia Militar um setor chamado Rádio Patrulha. Quem não se lembra da Rádio Patrulha? E a Rádio Patrulha começou a circular em todos os setores. Um belo dia descobri que ela não tinha comando. Ficava com os tenentes pelas ruas, não tinha batalhão, não tinha sede, não tinha lugar nenhum. Eles paravam no posto, iam embora para sua casa, cumpriam seu serviço. No outro dia, reunia-se aquele grupo de soldados e a Rádio Patrulha saía nas viaturas por aí. Então, eram comandados sem comandantes, ou seja, era uma central de Rádio Patrulha que agia dessa forma no Distrito Federal.

Um belo dia, perguntei: “Por que eles são soltos?” “Porque ninguém quer”. Eu falei: “Como ninguém quer? Vocês os recolhem para o batalhão e determinam: fulano para outro lugar, e manda, e tal”. Veio um comandante que realmente fez isso e acabou com o sistema de Rádio Patrulha, centralizando as patrulhas nos batalhões, ou seja, viraram esse negócio de ROTAM, GTOP e tal, distribuídos nos batalhões.

Perguntar não ofende. Eu pergunto. Como não entendo de fiscalização e tem gente que entende, são entendidos, e sem querer ofender ninguém, porque perguntar não ofende, não é, Deputado? Eu pergunto, e essa pergunta fica registrada. Esses fiscais da AGEFIS não estão sem comando, não estão soltos, como se fossem grandes xerifes da moralidade? E não é bem assim. Eles não deveriam ter... Alguém que os pague, ou aquele que é responsável por eles não poderia trazê-los de volta, para colocar em determinados setores, com diretrizes determinadas, passando por responsáveis, pessoas sérias?

Porque eu acho que a AGEFIS está solta. Ela manda em tudo, ela chega, ela faz, ela quebra, ela destrói. Acabou. Ela é solta. E agora, tem Deputado aí... Há membros da AGEFIS que estão usando os métodos monstruosos da AGEFIS e usando nomes de Deputados. A AGEFIS, lá na Feira dos Goianos, estava tirando material e dizendo: “Vocês acreditam nos Deputados? São eles que fazem isso aqui com vocês”. Arrancando. Se são da AGEFIS eu não sei, mas essa denúncia eu presenciei.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu fico muito triste com as coisas que eu ouço aqui, sinceramente. Porque sou fiscal com o maior orgulho, concursado. E quem carrega o Estado somos nós, servidores públicos, como essa galeria toda que está aí. Essa é a realidade. Somos nós. E o fiscal não faz nada ilegal. É porque se acostumou aqui no Distrito Federal do jeitinho político, do amigo que vai lá e pede, da invasão de área pública sem controle. Essa é a grande realidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Quem mais perdeu politicamente fui eu, porque todo mundo diz assim: "Quando a AGEFIS faz uma coisa boa, é bom para a AGEFIS. Quando faz uma coisa que incomoda alguém, a culpa é do Deputado Rôney Nemer, que é fiscal."

A minha preocupação é só a seguinte: nós trabalhamos pela legalidade. A AGEFIS não está solta, ela é ligada diretamente ao Gabinete do Governador. Agora, ela atende demandas do Ministério Público e do Judiciário. O fiscal, se não agir... O Ministério Público, Deputado Chico Leite, pediu uma relação à AGEFIS, à época em que eu estava presente naquele órgão, com a publicação de todos os nomes, matrícula dos fiscais e o trecho pelo qual eles eram responsáveis. Justamente para que fosse cobrado deles ação. Então, ali há pais e mães de família que, se não agirem, podem receber um processo, um inquérito administrativo e perder o emprego com o qual sustentam as suas famílias.

Na verdade, nós, servidores públicos, e aqui não estou falando como Parlamentar, porque eu não sou Deputado, eu estou. Eu sou servidor público concursado, graças a Deus, como toda essa galeria que está aqui querendo melhoria. Eu queria deixar claro o seguinte, Deputado Benedito Domingos. Onde está o Deputado Benedito Domingos? Foi embora? Eu gostaria que S.Exa. estivesse aqui. Para nós seria ótimo se tirassem a atribuição, porque dessa forma o fiscal poderia não agir, pois nada seria imputado a ele, mas enquanto houver a atribuição de que ele tem que ir lá e fazer a ação...

Deputado Aguinaldo de Jesus, eu fiz um pedido simples ao Governador Rogério Rosso: diminua a lista de situação de risco, as atividades. S.Exa. tem uma lista de atividades com 30, 60; eram cento e tantas, nós diminuimos para 60. Até salão de beleza era risco. Porque, quando não é risco, você pode dar um prazo de 30 dias. Quando é situação de risco ou há perigo de vida, tem que fechar imediatamente.

A questão da faculdade, eu fui para lá, eles cercaram a AGEFIS. A faculdade tem um alvará para funcionar de um certo modo, como disse o Deputado Reguffe, mas funcionou de forma equivocada, houve a denúncia, há decisão para que seja cumprida. A fiscalização não é xerife, não quer mandar em ninguém, não. Você acha que o fiscal vai derrubar uma casa com prazer? Não vai, não. Mas se ele não o fizer...

Vou dar um exemplo claro: os postos de gasolina que foram fechados, sobre os quais todo mundo gritou; quando termina o prazo de um posto, ele tem um ano para tirar licença de novo, mas os caras não fazem. Desculpem. Acostumou-se. Foi fechado um supermercado em Taguatinga que conseguiu um alvará sabe Deus como, porque nunca houve uma inspetoria, uma vistoria do Corpo de Bombeiros.

Então, na verdade, Deputado Reguffe, o trabalho da AGEFIS é muito importante, sim, para aqueles que querem uma Brasília ordeira, uma Brasília da legalidade, uma Brasília da seriedade. Agora, se alguém comete excesso, pode ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

um. Não podemos generalizar, porque nós não gostamos quando generalizam a classe política. Também não queremos que se generalize a classe fiscal. Mas eu tenho o maior orgulho de ser fiscal e votarei com prazer todo projeto que vier. Agora, com a certeza de que nenhum fiscal age porque está em casa e pensa: “Ah, estou aqui à toa, então vou lá.” Não, ele está na sua atribuição, ele recebe uma demanda do Governo, é publicado o trecho, ele tem que andar, ele não pode desconhecer a legalidade, senão ele estará incorrendo na omissão ou na prevaricação.

Então, na verdade, eu queria dizer ao Deputado Geraldo Naves – por várias vezes, o próprio Deputado solicitou gestão junto a AGEFIS – que o que é possível fazer dentro da legalidade é feito. Por várias vezes! Tudo que, dentro da legalidade, é possível, nós vamos, até o limite da legalidade. Mas passar dele nós não podemos, porque se o fiscal não agir, é imputada a ele a omissão ou a culpa por ter feito um ato errado. Portanto, fica aqui o meu esclarecimento.

Gostaria de aproveitar e dizer que é importante mesmo que esta Casa discuta, mas o mais importante é que todos tenham a compreensão de que esta coisa de “eu vou fazer, vou ligar para um Deputado, sou amigo dele, sou amigo do Governador, sou amigo de quem quer que seja, eu vou conseguir avançar mais um metro”, essa época acabou. Graças a Deus! E esperamos que isso continue. O trabalho da AGEFIS, dos fiscais, porque não é só a AGEFIS, nós somos 6 especialidades. Na AGEFIS só tem atividades e obras. Nós estamos na vigilância sanitária para coibir toda a carne contrabandeada, nós estamos no meio ambiente para coibir todas as invasões e degradações do meio ambiente, nós estamos na vigilância sanitária, na área de saúde.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Rôney Nemer, eu gostaria de interrompê-lo, senão vai acabar virando um debate.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Um minutinho só, Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Deputado Reguffe, eu fui citado por 3 vezes, e até de modo descortês, pelo Deputado Rôney Nemer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos organizar o debate?

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Eu só quero dizer isto: eu vou responder ao Deputado Rôney Nemer. S.Exa. disse que não é Deputado, está Deputado, que é um fiscal. Isso foi o que S.Exa. disse.

Eu sou um comunicador, apresentador, radialista com muito orgulho, há mais de 40 anos. Eu não sou Deputado, eu também estou. E vou continuar denunciando, onde quer que eu esteja, os absurdos cometidos pela AGEFIS, sim! Porque estão cometendo absurdos!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Então, não venha aqui dizer: “Ah, eu sou fiscal, eu estou do lado deles”. Porque eu sou comunicador, recebo as reclamações e vou continuar recebendo. Com todo o respeito que merece o Deputado Rôney Nemer, porque sempre que alguém precisava de uma consulta na AGEFIS, eu sempre procurei S.Exa., por ser um conhecedor profundo da AGEFIS.

DEPUTADO REGUFFE – Vou concluir o meu pronunciamento. Mas antes, eu gostaria de saudar a presença do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, Kiko Caputo.

Com relação à fiscalização, eu penso que o Governo precisa de um órgão para fiscalização e uma fiscalização rigorosa, sim, independente de pressões político-partidárias e que tenha autonomia.

Quanto ao CECAP, eu penso que, se o Governo concedeu o alvará, o Governo deveria deixar concluir o semestre, para não prejudicar os alunos daquela escola. Se houve desvio de finalidade por parte do dono daquela instituição, que ele seja punido com tudo que diz a lei, com todo o rigor da lei.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Reguffe, eu concordo com a sua posição, e nós tivemos a oportunidade — eu, o Deputado Chico Leite e o Senador Cristovam — de acompanhar esse processo, inclusive foi agendada uma reunião com a Secretaria de Educação. Creio que existem dois pesos e duas medidas.

Existe um decreto do Governador que impede que haja o fechamento sumário de escolas, em função do que aconteceu com a Católica, e esse decreto não alcançou o CECAP. Portanto, não há que se ter uma lógica ou um poder discricionário do governante, ele poder aplicar a sua própria norma onde quer, e não a todos e todas da mesma forma. Então, há um processo, a meu ver, que tem traços muito nítidos de discriminação com relação ao CECAP, que é uma escola que está abrigando, educando uma série de trabalhadores; é uma escola que conta com muitos trabalhadores e tem um dos melhores projetos pedagógicos da nossa cidade, que está formando cidadãos, o que é fundamental, e que está impedida de funcionar. Há alunos que vão se formar este ano, com o sonho da sua formatura indo para o espaço, porque um decreto não foi válido para o CECAP, tendo sido válido para outras escolas.

E tenho a mesma posição de V.Exa. no que diz respeito a permitir a continuidade, o encerramento do ano letivo. Que a instituição efetive os estudos, como por exemplo o EIVI – Estudo de Impacto de Vizinhança, para medir o nível de incômodo da vizinhança, para que possa se instalar naquele local. Ou seja, que ela adote as providências necessárias dentro da legalidade, do que prevê a lei, para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

ela possa permanecer ali a partir do próximo ano. Se não adotar essas providências, que ela saia de lá.

Em verdade, a área é educacional, institucional, ela não está contra o zoneamento, tanto que funciona a escola de ensino básico até o ensino médio durante o dia, e à noite é uma escola de nível superior. Portanto, já funciona a escola sem nenhum tipo de problema, absolutamente dentro da lei.

Então, nós estamos com um impedimento de que os meninos, que são trabalhadores na sua grande maioria, que fazem um esforço imenso para cursar aquela escola — uma escola de alto nível, com alta eficiência pedagógica —, eles correm o risco de não poder concluir os seus cursos e de ver ir para o espaço alguns meses de ensino.

Por fim, concordo com o Deputado Rôney Nemer sobre a necessidade de fiscais e a qualidade dos funcionários que nós temos aqui. Estamos com a galeria lotada de funcionários — servidores do GDF que realmente fazem com que o GDF seja o GDF. Nós não estamos aqui questionando a atuação dos fiscais. Nós estamos questionando muito mais o poder discricionário do Chefe do Executivo, que deveria fazer valer o seu decreto para todas as instituições, e não ficar aplicando-o de forma discricionária, porque o Estado não é isso. O Estado tem que funcionar sob uma lógica republicana e sob uma lógica absolutamente transparente e igualitária: tratar todas e todos da mesma forma.

Era apenas isso.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte da Deputada Erika Kokay.

Eu queria agradecer a compreensão de todos e dizer que a AGEFIS é um órgão de fiscalização e que todo Governo tem que ter um órgão de fiscalização realmente atuante, livre de qualquer influência político-partidária para cumprir a sua função para a sociedade, porque a sociedade é a beneficiada por uma cidade que segue uma lei e uma ordem. Então, é importante que se tenha um órgão de fiscalização atuante, sim.

No caso do CECAP, eu penso que, se o Governo concedeu o alvará, deveria deixar concluir-se o semestre para o bem dos alunos. E que se puna o dono da faculdade.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha impressão é que aqui nós devemos fazer um debate que traga alternativas para a cidade. Então, eu queria que esta fala fosse uma conclusão do debate proposto pelo Deputado Reguffe porque o que vou falar, o que o Deputado Rôney Nemer vai falar e o que a Deputada Erika Kokay vai falar dizem respeito ao tema



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

levantado por S.Exa. Senão, nós vamos ficar aqui... Nós temos que servir para alguma coisa, Sr. Presidente.

O que me parece é que nós poderíamos ter uma alternativa. Eu fico extremamente incomodado com os debates sobre adjetivos. Vamos ao substantivo! Então, vamos propor uma alternativa definitiva, que não contrarie a Constituição, que não contrarie os fatos, as investigações, que não contrarie as instituições, porque aqui, de vez em quando, nós renovamos falsas expectativas nas pessoas. Ocorreu isso com o projeto de lei das igrejas, ocorreu isso com a questão relativa ao Cruzeiro, ocorre isso o tempo todo.

Sinceramente, Sr. Presidente, isso não é pacto a que esta Casa deva se submeter. Em hipótese alguma! Nem que seja em troca de voto, nem que seja em troca do que for! Sinceramente, nós precisamos fazer um debate aqui em que nós entreguemos à população uma alternativa simpática ou antipática, mas conforme o princípio, porque a vaia e o aplauso passam, Sr. Presidente. O que não passa é o princípio.

Por isso, eu queria, a partir do debate proposto pelo Deputado Reguffe, supor o seguinte: nós temos um órgão de fiscalização que precisa efetivamente existir com suas prerrogativas. Defendo que tenha prerrogativas próprias, que cada um dos seus agentes também responda na medida dos seus excessos, dos seus desvios, que cumpra efetivamente atos vinculados à lei, não discricionários. Ele não pode escolher a oportunidade, a conveniência ou a justiça de suas ações.

De outro ângulo, há toda uma população que também só se submete ao que é lei, ao ato vinculado – que o Deputado Milton Barbosa conhece muito bem o que é, a diferença entre ato vinculado e ato discricionário.

Bom, o que direi a seguir? Nós precisamos conhecer o tema como um todo, para trazer uma alternativa que seja objetivamente dentro do mundo jurídico. Imagine, Deputada Eliana Pedrosa, que houvesse essa mesma notificação no semestre passado e que se pedisse mais um pouco de tempo para resolver, e a solução fosse, de novo, apenas provisória. Todo semestre nós vamos ter o mesmo debate. Para que é? É para ter aplauso? É só para ter aplauso? E nós vamos ter, como tínhamos, os tais alvarás provisórios ou precários que deixavam os cidadãos de bem com a Espada de Dâmocles sobre o pescoço. Ou colocava no servidor público — aquele de carreira, concursado, que é quem sustenta o serviço público — a responsabilidade pela péssima política do jeitinho, do favor, a política pequena que já se fez muito na nossa capital. Então, nós precisamos evitar isso.

Eu quero propor o seguinte: podemos fazer, não há problema, uma moção — então, não vamos ficar só no debate da ata — assinada por todos, pedindo que seja reconsiderado o ato para que aqueles estudantes – e em nome deles, e só deles, daqueles estudantes e trabalhadores – possam concluir o semestre, mas com um prazo para que se organize do ponto de vista da ordem urbanística, para que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

todo semestre ou a toda eleição não se precise ir lá fazer o debate. Porque, aí, nós vamos repetir isso. E aí são vários interesses, na minha avaliação, extremamente ilícitos que estão em voga.

Então, eu queria fazer essa proposta, Sr. Presidente. Pode ser que façamos a moção para que nós possamos salvaguardar o direito daqueles estudantes que nada têm a ver com o problema, e nós precisamos estimular o estudo. E que aquela direção tenha prazo para, sob as penas da lei, resolver ou procurar um lugar. Foi por isto que nós propusemos a audiência pública: porque, na audiência pública, por exemplo, nós vamos tomar conhecimento de se já havia notificação antes, se há ou não ordem judicial, ou se a AGEFIS age por conta própria. Nós teremos conhecimento do caso, porque nós não podemos fazer o debate sem conhecimento de caso. Senão, vamos guardar falsas expectativas àqueles estudantes que são cidadãos de bem e merecem a nossa atenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Eu queria fazer apenas um registro. O Deputado Reguffe o fez, mas eu queria dar mais clareza. Nós estamos recebendo aqui o Presidente da OAB pela primeira vez nas novas instalações desta Casa. O Presidente Francisco Caputo, Kiko, como é conhecido pelos amigos, é um dos responsáveis, graças a Deus, por nós hoje não termos a intervenção no Distrito Federal. Assim que a Câmara Legislativa, através do seu Presidente, que fui eu — V.Exas. me enviaram, claro, me fizeram presidente —, se tornou chefe do Executivo, conversamos com o Caputo, e ele abraçou, de uma vez por todas, uma das formas, e fez uma campanha contra o fantasma da intervenção.

Graças a Deus, ele conseguiu fazer um abraço com as outras entidades no Supremo Tribunal Federal, e no dia 30 de junho, os Ministros julgaram o pedido de intervenção, que não caberia no Distrito Federal e em nenhum estado, porque lá no Amapá, mesmo com o Governador preso, com o ex-Governador preso, o próprio juiz pediu que não se fizesse a intervenção lá, porque seria o fim do fim. E Brasília saiu vencedora nisso aí.

Obrigado, Caputo, pelo seu trabalho. Aqui vai o reconhecimento do seu humilde companheiro Deputado e Presidente desta Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rôney Nemer, não me vire as costas, porque V.Exa. também é destinatário do que irei falar aqui, como todos.

A respeito da questão AGEFIS, eu gostaria também de dar uma contribuição e dizer que a questão é muito simples: aquele que cometer desvio de conduta na atividade que exerce responderá *per sí*. Se um policial civil da minha instituição, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Polícia Civil, comete um ilícito, irá responder por isso. Não significa que a Polícia Civil, pelo ato de um cidadão isolado ou por um de um grupo deles, é desmerecida. No caso da AGEFIS, o raciocínio é o mesmo.

É verdade que há abusos. É verdade, Deputado Rôney Nemer, Deputada Erika Kokay, que lá na AGEFIS, também, por ser um ato que vem do ser humano, pode haver e há abusos. Eu vou citar aqui um, acontecido em 97, 98, no Governo Cristovam Buarque. Paulo Alvarenga pegou um trator para derrubar um sinal luminoso desses semáforos, mas havia fiscalização. Ele era da fiscalização! Tudo veio para a AGEFIS. E por isso a AGEFIS deve deixar de existir? Não deve. Não deve deixar de existir. Aqueles que estão desconectados da verdadeira função, que sejam afastados e sejam punidos, mas o órgão, não.

Eu tenho um filho que hoje é promotor de Justiça. Deputado Chico Leite, o Miltinho – como V.Exa. o chama – hoje é promotor de Justiça. Foi seu aluno. Foi fiscal de obras com 18 anos de idade. E eu fui Administrador de duas cidades. V.Exa. também, de duas. Desafio qualquer membro da AGEFIS a falar que tenha ouvido de mim qualquer insinuação de que não devesse proceder dessa ou daquela forma ou que devesse proceder.

Eu acho que a instituição tem de ser livre, sim, mas precisa ter um cabresto para não acontecer como no Riacho Fundo – como falei a V.Exa. –, pois não é aquele o papel dela. Coloca, inclusive, V.Exa. na berlinda. Como acabou de me dizer o Deputado Wilson Lima aqui: um grupo o cutucou, quando era Governador; e ele deu a resposta merecida por eles. Abusos coíbem-se, mas não acabem com as instituições, pois isso é muito ruim.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como forma de contribuição, desejo comentar a fala do Deputado Reguffe quando S.Exa. disse que poderia ter havido um pensamento de não fechar a instituição agora – faço isso para também dar informações sobre o assunto à galeria.

Em junho, eu falei com a Sra. Bruna, fiscal concursada, de carreira, Presidenta da AGEFIS. Em junho, a instituição foi interditada. Foi feito um recurso e o juiz decidiu que ela poderia funcionar até o dia 15 de julho, para terminar o semestre, mas não poderiam ser feitas matrículas para este semestre. E o que eles fizeram? Fizeram matrícula.

O mais prejudicado com isso é o estudante, que não está sabendo dessas coisas. Eu acho que quem deve ser punido é o dono da instituição, que sabia que não poderia fazer matrícula, mas fez. Um outro acordo pode ser feito, mas junto à Justiça, porque não adianta ter uma decisão judicial...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Deputado Milton Barbosa, em junho aconteceu a mesma coisa: eles foram lá, fecharam a instituição, o dono entrou com o pedido de liminar e o juiz disse: funcionará até o dia 15 para terminar o semestre, mas não façam mais matrícula de ninguém, porque, no semestre que vem, vocês não poderão funcionar. O que eles fizeram? Espertamente, fizeram as matrículas. O aluno, coitado, que não sabe o que se passa nos bastidores, foi lá, fez a matrícula, pagou por seu anseio de querer ter o terceiro grau. Ele é o mais prejudicado.

É preciso tomar uma decisão: ou punir esse cidadão que, usando a boa fé das pessoas, está enchendo a burra de dinheiro, enchendo o bolso de dinheiro, de forma incorreta, pois a instituição está em lugar indevido, ou alterar a autorização, o alvará, para que ele possa funcionar como nível superior também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu só queria transmitir à galeria, ao pessoal do Carreirão, que o mensageiro do Governador Rosso, o assessor parlamentar do GDF trouxe-nos a informação de que, na quinta-feira, enviará para esta Casa o projeto de vocês. Ele acabou de falar isso para mim. Não dá para a apreciação da matéria acontecer antes de quinta-feira.

MANIFESTAÇÃO DA GALERIA – Vota o Carreirão! Vota o Carreirão!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Essa é a informação que eu recebi. Quem manda o projeto para cá é o Executivo. A iniciativa tem que ser dele. O projeto chegará a esta Casa, irá para as comissões e depois virá ao Plenário para apreciação.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a informação que eu tive neste caso é a de que hoje, na hora do almoço, foi entregue uma minuta ao Governador, da maneira como os servidores pediram. S.Exa. vai prescrever tudo conforme o que eles pediram e vai encaminhar o projeto a esta Câmara até quinta-feira, para que seja apreciado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Essa é uma boa informação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou dizer da minha angústia de novo. O Deputado Rôney Nemer trouxe-nos notícias não muito positivas. A Deputada Erika Kokay e eu propusemos a audiência pública exatamente para que tivéssemos esses elementos, de todas as composições — esses elementos que o Deputado Rôney Nemer foi buscar agora —, para sabermos como atuar no feito. Nós precisamos saber como atuar, porque precisamos levar alguma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

alternativa. Não podemos é ficar aguardando falsas expectativas ou trabalhando sobre adjetivos.

Eu tenho me repetido porque a medida da responsabilidade pública da atuação desta Casa é a medida da respeitabilidade que ela vai ter de parte da sociedade, às vezes, até sendo antipática. A novidade é que se trata de uma decisão judicial, não de um ato da AGEFIS apenas. É cumprimento de decisão judicial. Essa é uma novidade que nós não tínhamos.

Assim, eu queria propor que fizéssemos — há 24 subscrições, então não precisa ser de um ou de outro — uma moção dirigida a quem de direito, propondo que fosse levada ao Sr. Magistrado a solicitação de que admitisse aos estudantes o semestre do curso, para que eles não o perdessem. Durante esse tempo, a audiência pública traria alternativas de ordem urbanística e educacional para a continuação dos estudos desses jovens, que poderiam ser, por exemplo, Deputado Milton Barbosa, Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Erika Kokay, ou a obrigatoriedade de haver outro local ou a adequação do local às exigências de ordem urbanística, mas que eles tivessem uma resposta definitiva. Nós estamos lutando por eles.

Então, eu queria propor que fizéssemos essa moção. Eu gostaria, Deputado Reguffe, que discutíssemos isso para que encontrássemos uma alternativa para eles. A preocupação da Deputada Erika Kokay e a nossa era exatamente esta: de que nós pudéssemos oferecer a eles uma alternativa.

Eu quero, Sr. Presidente, que seja registrada essa proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrado o seu pleito, Deputado Chico Leite.

Há um pessoal presente na galeria que está à espera da aprovação, Deputados e Deputadas, de um projeto de autoria do Deputado Rogério Ulysses que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional de educação física, devidamente habilitado, no sistema de ensino no Distrito Federal. Eles estão aqui. Já fizeram uma visita aos gabinetes da Casa e estão prontos para vir maciçamente ao plenário para que apreciemos a matéria. Então, os Deputados que quiserem contribuir com alguma emenda ou sinalização favorável ao projeto, daqui até a próxima sessão, tirem cópia do projeto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, e quanto ao projeto do SLU?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rôney Nemer, com relação ao projeto do SLU, a informação que temos é que o governo ficou de enviar para cá uma mudança, um substitutivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Que não chegou ainda, não é?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tanto do SLU quanto do concurso, o Poder Executivo – corrija-me se eu estiver errada – encaminhará uma nova versão dos dois projetos, um substitutivo.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – É inconstitucional por vício de iniciativa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, V.Exa. – corrija-me se eu estiver errada – está anunciando que há um projeto de autoria do Deputado Rogério Ulysses que os Deputados deveriam conhecer em profundidade, para contribuírem da forma que achar que devem, por intermédio de emendas, para que possam apreciá-lo após o estudo apresentado.

Eu queria apenas, Sr. Presidente, propor duas coisas. Uma delas é uma moção acerca do CECAP, que o Deputado Chico Leite já fez. Eu acho que é possível haver a regularização do processo. Obviamente essa regularização não poderá se dar com prejuízos aos alunos. Alguns prejuízos são inclusive irremediáveis, pois determinados alunos não poderão ser transferidos a outras escolas, porque têm grades diferentes. Nós precisamos ter muito carinho sempre quando falamos de educação, muito carinho sempre, porque a educação não é só um instrumento de mobilidade social, ela é fundamental para termos uma sociedade igualitária, uma sociedade cidadã.

Deputado Chico Leite, eu acho que a moção que aqui foi sugerida deve ser no sentido de que seja assegurado o término do ano letivo e de que sejam tomadas providências necessárias para a regularização do espaço, porque é possível, pela avaliação preliminar que fizemos com alguns estudos, com alguns procedimentos técnicos, haver a regularização, mas os estudantes não podem ser prejudicados. Portanto, elaboraremos uma moção nesse sentido com a assinatura de todos os Deputados.

A segunda coisa é que eu acho que é importante solicitarmos à AGEFIS – e eu tenho absoluta certeza de que a Dra. Bruna não se furtará a isso, pois tem tido bom diálogo com a cidade – todo o procedimento que levou a AGEFIS a tomar essa atitude, inclusive a decisão judicial, que eu não conheço. Eu sei de uma decisão judicial que indeferiu uma liminar que foi sugerida pela própria escola. Isso é uma coisa. Outra coisa é uma decisão judicial de fechar a escola, porque nos remete a uma discussão, a uma negociação envolvendo, além do Poder Executivo, o Poder Judiciário. Estamos dispostos a fazer isso, mas isso indica outro tipo de procedimento.

Enfim, Sr. Presidente, faço duas sugestões: a primeira é uma moção dirigida ao Governo para podermos estabelecer essa negociação para assegurar o término do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

semestre letivo e para a escola tomar as providências necessárias e, caso não o faça, ser transferida para outro local; a segunda é que a AGEFIS remeta a esta Casa, na figura da Presidência, todos esses procedimentos, inclusive a sentença judicial, para que todos nós possamos conhecê-los.

Com relação à outra questão aqui levantada pelo Deputado Chico Leite, a questão das áreas chamadas de becos do Cruzeiro, deveríamos solicitar celeridade ao Poder Executivo. As informações que temos indicam que a minuta do projeto foi encaminhada à Procuradoria no dia 3 de setembro, e a Procuradoria iria se posicionar sobre ela. Podemos nos manifestar solicitando celeridade, para que a esta Casa chegue o mais rápido possível essa questão que diz respeito à regularização dos chamados becos do Cruzeiro. É fundamental a discussão dessa questão, pois não podemos penalizar a sociedade.

Apenas para lembrar, foi esta Casa, por intermédio de uma audiência pública, que conseguiu impedir a derrubada enquanto não houvesse uma discussão sobre ela. A discussão do projeto foi uma das coisas mais belas do ponto de vista do exercício da democracia de que eu tenho conhecimento, pois cada quadra fez sua discussão. Depois elas se uniram e dialogaram com a SEDUMA, com o Poder Executivo, e desse diálogo foi elaborado um projeto. O projeto foi tecido democraticamente e com verdadeira participação popular.

Então, sugiro que seja exigida celeridade no envio do projeto a esta Casa, para que possamos não só homenagear tamanha democracia, que nos faz bem, mas também tirarmos da angústia uma população que fez grades para se proteger da violência absolutamente crescente nesta cidade. Sr. Presidente, faço essas sugestões: estabeleçamos uma negociação com relação ao CECAP sobre o término do ano letivo; solicitemos os estudos da própria AGEFIS, inclusive a sentença judicial; e também, com relação aos becos, exijamos ou solicitemos celeridade no envio do projeto aqui à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria avisar aos servidores da SLU que estão na galeria que o Secretário de Governo está me informando que ficou marcada para amanhã uma reunião na sala de reunião, às 10h, para discutir a nova proposta que está sendo encaminhada. Estou avisando isso para liberar os servidores, pois amanhã faremos essa discussão e veremos se, na quinta-feira, conseguiremos votar também o projeto de reestruturação do órgão de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Indago aos Parlamentares se querem fazer uso da palavra. (Pausa.)

Solicitarei ao Sr. Secretário que proceda à verificação de *quorum*. Se não houver *quorum*, abrirei o Grande Expediente e, caso nenhum Parlamentar queira fazer uso da palavra, encerrarei a presente sessão.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento. Eu recebi um telefonema agora a respeito do projeto dos profissionais de educação física que estão aqui. Eu os defendo muito e, aliás, como Secretário de Esporte, tive de defendê-los bastante, porque são companheiros e amigos. As escolas públicas necessitam, de fato, desses profissionais. Hoje há uma necessidade muito grande desses profissionais para atender todos os alunos da rede pública.

Sr. Presidente, devemos conversar com o Deputado Rogério Ulysses, porque a informação que tive é que existe aí um vício de iniciativa quanto ao projeto. O projeto é bom, é necessário, mas tem de ser encaminhado pelo Poder Executivo e não pelo Parlamentar. Isso não tira os méritos do Parlamentar, mas não vamos aprovar um projeto aqui para, lá na frente, termos complicações jurídicas. Então, é só para trazer esse alerta. Inclusive, comprometo-me, como Líder de Governo, em conversar também com o Deputado Rogério Ulysses e com o Governo para encaminharmos esse projeto para cá, mas de autoria do Governador e não do Deputado, senão poderemos perder esse projeto muito importante para nossa cidade, Sr. Presidente.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para esclarecer, eu fui ali conversar com os representantes que me deram sinal de cima da galeria. Na verdade, eles são servidores da Valor Ambiental. Eles pararam por duas horas, foram demitidos em março e estão aí esperando. A Deputada Eliana Pedrosa, parece-me, está bem inteirada sobre o assunto. A Deputada Eliana Pedrosa já fez um ofício solicitando a cópia do contrato da Valor Ambiental com o Governo do Distrito Federal. Se os servidores se manifestaram ou se rebelaram com alguma atitude, eles não podem mandar todo mundo embora dizendo assim: "Ou você me obedece ou eu tenho poder de te mandar embora e de te contratar na hora em que eu quiser".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Acho que já passamos dessa época da escravidão, Deputada Eliana Pedrosa. O trabalhador merece respeito e tem o direito de se manifestar e de criticar. Eu acho que a Deputada Eliana Pedrosa pode falar melhor sobre esse assunto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu já solicitei a cópia do contrato, eles mandaram entregar aqui no meu gabinete, e estou estudando o contrato, porque o SLU diz que não poderia intervir em uma relação contratual. Eu quero ver se o contrato – foi o que nós tratamos no dia, inclusive com a presença do Deputado Paulo Tadeu – foi feito em cima de uma proposta que contém alguns itens, como, por exemplo, o plano de saúde desses servidores. Se isso não está sendo oferecido, o Governo tem de fazer uma glosa. Também eu acho que os trabalhadores já tinham buscado – esse é o caminho certo – o Ministério Público do Trabalho para ter seus direitos garantidos.

Sr. Presidente, aproveito também para falar que ontem nós tivemos uma audiência pública capitaneada pelo Deputado Raimundo Ribeiro. Nós chegamos ao entendimento de que a situação é muito grave, porque diz respeito a várias crianças e adolescentes que estão sendo atendidos, mas as entidades estão com muitas dificuldades para continuar mantendo os serviços a partir de agora, inclusive o pagamento dos trabalhadores e o próprio serviço das crianças. Nós ficamos de fazer uma emenda, ver de onde nós poderíamos tirar aqui da Câmara o que não fosse gasto, e o Governo do Distrito Federal pudesse também complementar.

Inclusive, eu e o Deputado Raimundo Ribeiro nos comprometemos — a Deputada Erika Kokay havia saído — de não votarmos nenhum projeto até que o Governo mandasse um crédito para atender as crianças e os adolescentes, que são prioridade na Constituição, são prioridade para todo cidadão, para todos nós. Está crescendo uma demanda pela votação desses projetos relativos a servidores públicos, que são importantes. Nós deveríamos nos debruçar e dar a isonomia para eles.

É importante que possamos mais uma vez reiterar o pedido para que o Poder Executivo examine essa questão dos serviços que são oferecidos pelas entidades assistenciais que não têm fim lucrativo e, portanto, não têm gordura, não têm como fazer face às despesas que vêm pela frente. Elas estão sem receber julho e agosto, setembro está acabando e vamos entrar no mês de outubro. Então, é papel desta Casa zelar para que esse serviço não sofra solução de continuidade. É muito importante. Eu quero registrar isso.

Eu quero registrar que quero ter boa vontade para votar todos os projetos, mas precisamos de uma resposta do Poder Executivo. Inclusive, eu queria pedir ao nosso Líder de Governo, Deputado Aguinaldo de Jesus, que pudesse ver isso junto ao Governador, e o Governador pudesse nos receber ou então mandar uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

informação concreta a esta Casa, se o serviço vai ser suspenso, se não haverá mais pagamento, porque nós temos que fazer algum outro tipo de ação. Nós temos que ir à sociedade e pedir para todo mundo se cotizar, aumentar a sua cota de impostos para pagar esse serviço que não pode sofrer solução de continuidade. Nós não podemos fechar os olhos para essa questão das crianças e dos adolescentes.

E vou mais além: não há só criança e adolescente, há os idosos, idosos incapazes, pessoas com deficiência. Essa situação está ficando cada vez mais alarmante. Portanto, temos que ter uma posição firme com relação a isso. Faço o apelo ao representante do Governo, ao Deputado Aguinaldo de Jesus, porque tenho certeza de que o Governador Rogério Rosso não tem noção da gravidade da situação. A situação é grave!

Nesses dois meses, essas entidades contaram com ajuda da sociedade de um modo geral, através de rifas, de almoços, para que continuassem se sustentando, mas se chegou ao limite possível de esforços sem o devido pagamento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu participei dessa audiência pública a que se referiu a Deputada Eliana Pedrosa e fico pensando que nos encontramos abaixo do marco da civilidade. Porque deixar essas crianças... Não são só crianças, como disse bem a Deputada Eliana Pedrosa, existem também pessoas com deficiências, idosos, enfim. São quase 9 mil crianças que estão em serviço de creche e atividades complementares, que estão em entidades que não receberam o valor relativo ao convênio. Essas entidades estão com o risco iminente de fecharem as suas portas, e essas crianças poderão ficar sem qualquer tipo de atendimento. Portanto, a situação é gravíssima! Gravíssima!

O Governo poderia suspender uma obra, mas não o atendimento das crianças. A Constituição é clara. Crianças e adolescentes são prioridades absolutas! Não é só prioridade, é prioridade absoluta do Estado, da família e da sociedade. Deveríamos ter um posicionamento desta Casa.

Deputado Wilson Lima, eu gostaria que V.Exa., que tem pautado a sua atuação política por uma sensibilidade muito grande, um sentimento cristão muito intenso, pudesse, como Presidente desta Casa, representando o conjunto dos Deputados, entrar em contato com o Governo do Distrito Federal para que ele pague as entidades, para que faça o repasse às entidades. Não entendo como não há orçamento, porque essa é uma despesa previsível, e nós temos por volta de 9 mil crianças que podem ficar sem creche, sem atendimento. Não só crianças, disse bem a Deputada Eliana Pedrosa, mas idosos, pessoas com deficiência que estão na iminência de as entidades que as assistem, que as acolhem, serem fechadas por falta de pagamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Nós gostaríamos que o Poder Executivo encaminhasse um crédito até o final do ano, mas não adianta resolver só o que está atrasado e as entidades viverem a angústia que estão vivendo, sem saber como vão estar abertas no dia seguinte. Acho que este é um problema de calamidade: deixar 9 mil crianças, sem considerar idosos, sem considerar pessoas com deficiência, sem atendimento. Quase 9 mil crianças simplesmente podem chegar no dia seguinte e ter a porta da entidade que as acolhe fechada.

Então, solicito à Mesa Diretora, Deputado Milton Barbosa, que faça um contato com o Governador do Distrito Federal, ainda no dia de hoje, para que S.Exa. remeta um crédito. Nós vamos emendar o crédito. Acho que nesta Casa todos os Deputados o emendarão sem nenhuma dificuldade, mas não há crédito do Poder Executivo neste momento. Não há crédito orçamentário. Então, é importante que o Poder Executivo o encaminhe.

Num segundo momento, acho que é importante também a demanda que foi trazida pela Deputada Eliana Pedrosa. A bancada do PT tem a mesma posição: nós não votaremos nada enquanto não for resolvido o problema das entidades. Não há como se votar nada nesta Casa, porque não há como adquirir uma normalidade quando não há normalidade, e não há normalidade com esse risco dessas pessoas que são atendidas.

O outro aspecto sobre o qual esta Casa deveria se posicionar diz respeito à demissão dos trabalhadores da Valor Ambiental. Os trabalhadores da limpeza urbana até hoje não receberam o reajuste salarial que foi acordado na greve que fizeram. Parece que são invisíveis, mas não se pode demitir os trabalhadores desta forma. Não se pode demitir os trabalhadores de uma forma absurda como retaliação pelo direito de manifestação que os trabalhadores têm. Nós não estamos na Idade Média, não estamos na ditadura militar, não estamos no Império, não estamos numa colônia. Alguns pensam que estamos, mas não estamos em capitânicas hereditárias pós-modernas, Sr. Presidente.

Para encerrar, peço também que esta Casa se posicione acerca da demissão dos trabalhadores da Valor Ambiental. É inadmissível que eles sejam demitidos dessa forma, quando a empresa não cumpre nem com o que foi acordado em negociação, que é a inflação do período. Aliás, deveriam ser pagos 10% em verdade, mas não foi paga nem a inflação do período que foi acordada durante a greve dos trabalhadores.

Sr. Presidente, acho que esta Casa deveria se posicionar sobre essas duas questões.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi que hoje cedo houve essa reunião aqui para discutir o problema



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 09 2010	15h20min	79ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

das creches, das entidades de assistência social e foi dito que só se votaria qualquer matéria aqui depois de resolvida a questão. Eu acho que de fato é um mote muito bom. Ouvi aqui que esses projetos da carreira de Administração Pública e do SLU só vão ser votados na quinta-feira. E eu queria, Sr. Presidente, comunicar que eu só virei aqui no dia em que a Câmara Legislativa disser que vamos votar este ou aquele projeto. Empareidar não é papel da Casa. Só voto se fizer isso. Eu vou empareidar também. Eu só venho aqui no dia em que houver projeto para votar. Está autorizada a Câmara Legislativa a descontar os dias em que eu não vier.

Muito obrigado. Um grande abraço.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Milton Barbosa e Deputada Erika Kokay, como o Deputado Milton Barbosa acabou de falar, hoje houve um debate a esse respeito. O Governo está fazendo todos os esforços para poder levantar esses recursos e mandar um crédito para esta Casa a fim de sanar esse problema que estamos tendo durante muito tempo.

A Deputada Erika Kokay falou do caos que nós estamos vivendo nestes dias. Penso que o caos se estabeleceu há meses, e acredito que tudo isso só irá se normalizar a partir do ano que vem. Infelizmente, o Governador Rogério Rosso e o Deputado Wilson Lima, que é Presidente desta Casa e também assumiu o Governo, viram o tamanho da dificuldade para cumprir todos os compromissos do Governo.

Nós sabemos que a vida é a coisa mais importante que temos na face da Terra, e é o ser humano que temos de valorizar acima de tudo. Eu tenho absoluta certeza de que o Governador está sendo muito sensível a essa questão. Por esses dias teremos uma resposta, uma solução para esse problema, pois se trata de atender o serviço social do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Neste momento, encerro os Comunicados de Parlamentares.

É visível a falta de *quorum* regimental para deliberação de matérias. Algum Parlamentar quer fazer uso da palavra no Grande Expediente? Não.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h42min.)